



Informativo Enermerco

1909

Acompanhamos você no Mercado Livre de Energia diariamente de maneira Exclusiva e Pró ativa. Somos "LIVRE COM VOCÊ".



Consumo (SIN)
60.321 Mw Med
Ago. 2019



Descolamento CMO
R\$ 0 MM
Ago. 2019



Bandeira Tarifária
VERMELHA
Patamar1



Geração
62.117 MW Med
Ago. 2019



Encargos
R\$ 350 Mil
Ago. 2019



Mercado de Energia x Tendência do PLD

Os PLD's das 5 semanas operativas de agosto de 2019 apresentaram baixa volatilidade, variando nos submercados Sul e Sudeste entre R\$225,00/MWh e R\$247,08/MWh, e nos submercados Norte e Nordeste entre R\$174,61/MWh e 223,39/MWh.

O descolamento dos preços entre os submercados ocorreu pois o limite de envio de energia foi atingido entre os subsistemas, devido a restrições nas linhas de transmissão.

O PLD médio de agosto de 2019 se consolidou conforme quadro abaixo:

Demonstrativo do PLD Médio

Mês	Submercado			
Agosto 2019	SE/CO	S	NE	N
	237,29	237,29	211,33	211,33

A CCEE informa que o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD sofreu leve aumento do preço: 3%, influenciado principalmente pela redução da estimativa de afluições do Sul. Já no Nordeste e no Norte, o preço diminuiu 11%, em média, devido aos níveis de armazenamento melhores que a expectativa anterior. Espera-se que as afluições fechem em torno de 62% da Média de Longo Termo – MLT para o sistema, estando abaixo da média para todos os submercados. Na região Sudeste, a expectativa é de 79%; no Sul é de 29%; no Nordeste, 47% e, na região Norte, 78% da MLT.

A carga prevista para as próximas semanas do SIN é que fique em torno de 140 MW médios mais alta em relação à expectativa anterior. As previsões apresentaram crescimento (+50 MW médios) para o submercado Sudeste e para o Norte (+90 MW médios). Nos submercados Sul e Nordeste, as expectativas realizadas na semana anterior não sofreram alterações.





A bandeira de agosto, vermelha – patamar 1, seguirá em setembro, com custo de R\$ 4,00 para cada 100 quilowatts-hora consumidos. Agosto é um mês típico da estação seca nas principais bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN). A previsão hidrológica para o mês sinaliza vazões abaixo da média histórica e tendência de redução dos níveis dos principais reservatórios. Esse cenário requer o aumento da geração termelétrica, o que influenciou o aumento do preço da energia (PLD) e dos custos relacionados ao risco hidrológico (GSF) em patamares condizentes com o da Bandeira Vermelha 1. O PLD e o GSF são as duas variáveis que determinam a cor da bandeira a ser acionada.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. A adoção de cada bandeira, nas cores verde (sem cobrança extra), amarela e vermelha (patamar 1 e 2), está relacionada aos custos da geração de energia elétrica.

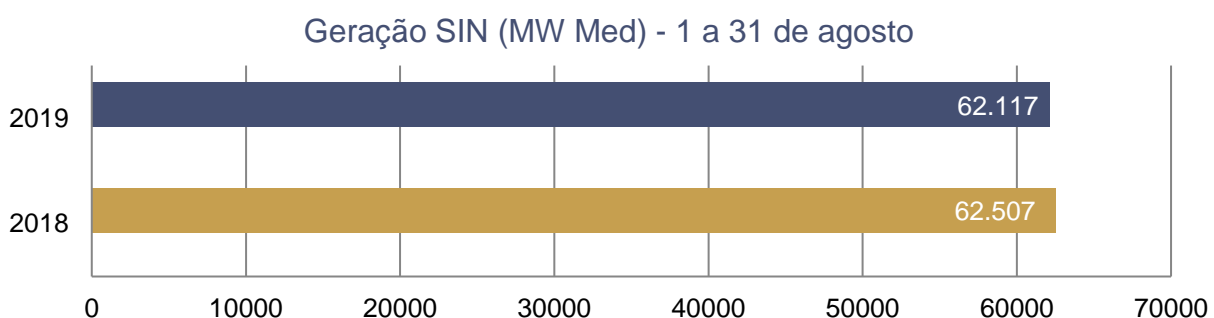
Pierro Campestrini – Diretor da Enermerco

Geração e Consumo com leve decréscimo

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, divulgou no final de agosto, novos comparativos de geração e consumo no SIN – Sistema Interligado Nacional.

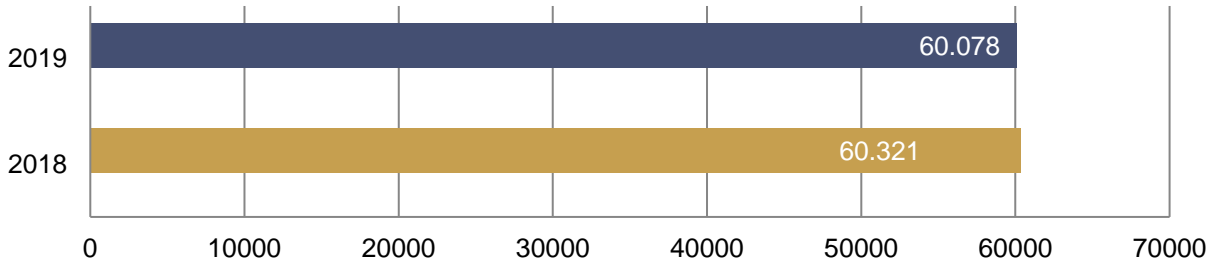
O Sistema Interligado Nacional é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil, sendo um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e com diversos proprietários. O Sistema Interligado Nacional é constituído por quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e a maior parte da região Norte.

Em comparação ao mesmo período de 2018, temos leves decréscimos. A geração e o consumo registraram diminuição de -0,6 e -0,4% respectivamente.



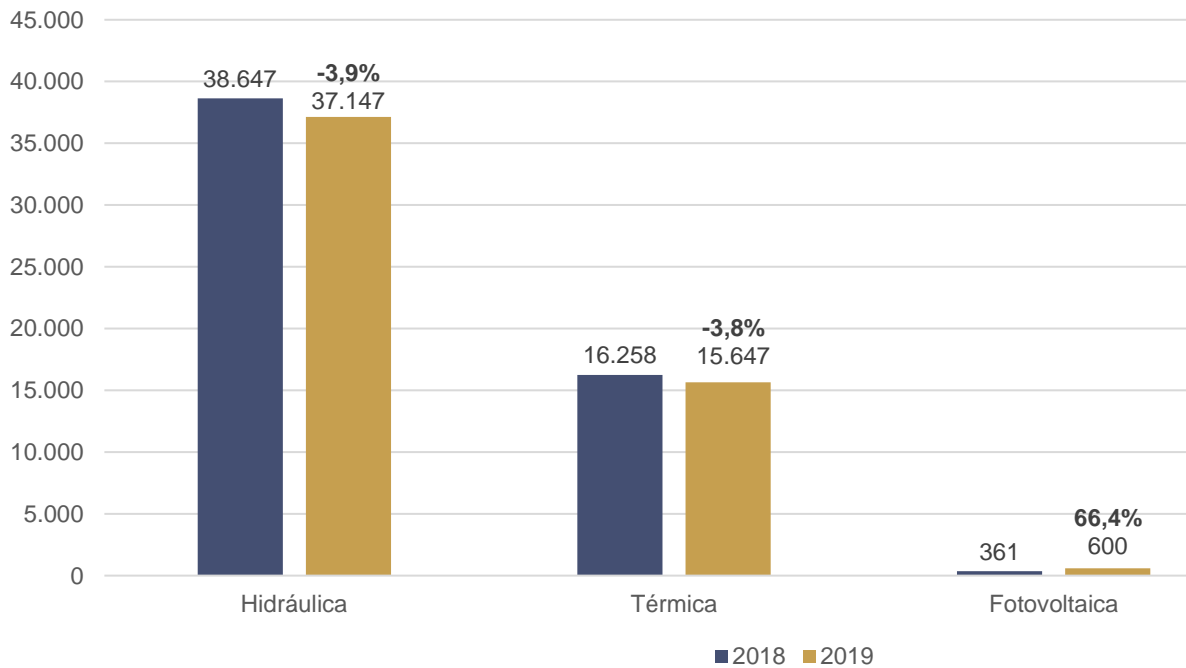


Consumo SIN (MW Med) - 1 a 31 de agosto



Geração por Fonte de Energia

Representatividade da Geração - 1 a 31 de agosto

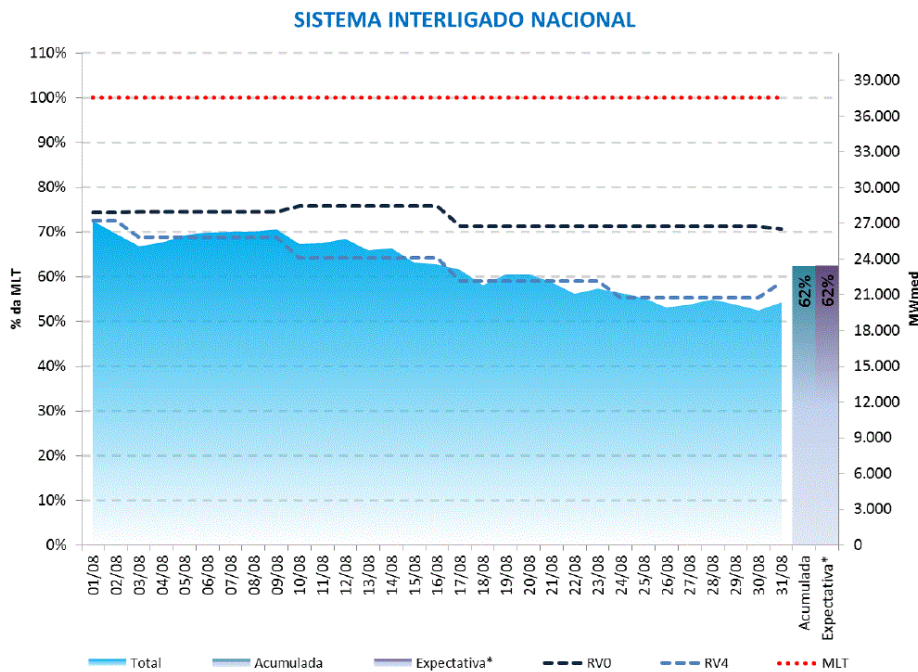


As fontes de geração, acima demonstradas, mostram parte do panorama da produção nacional. Como vemos, o destaque de junho está no aumento da geração fotovoltaica: 66%, em relação ao mesmo período do ano anterior, 2018. A energia hidráulica e a térmica decaíram -3,9% e -3,8% respectivamente, em sua produção.

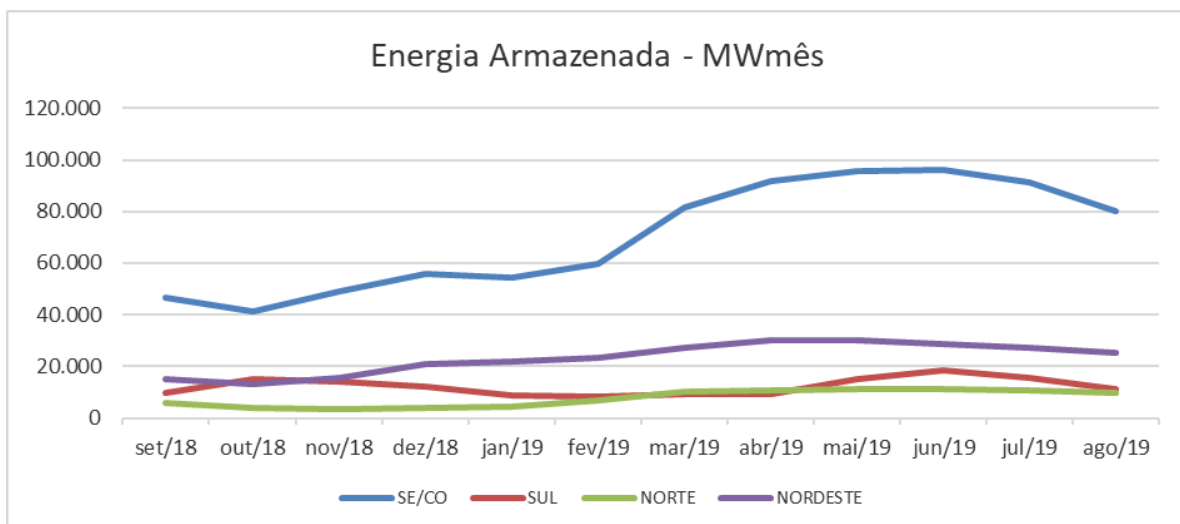


ENA, MLT e Nível dos Reservatórios

No gráfico de Energia Natural Afluyente do SIN, observamos que tanto os percentis da ENA agosto de 2019 acumulada e da expectativa, estão abaixo da Média de Longo Termo, que consiste na média aritmética das vazões naturais verificadas durante uma série histórica. Trata-se de mais um parâmetro de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, que o ONS – Operador Nacional do Sistema, monitora para gerenciar a geração de energia elétrica do país.



Na sequência o gráfico de Energia Armazenada com valores em GW/h, onde verifica-se a oscilação dos montantes de energia por Submercado do SIN – Sistema Interligado Nacional.

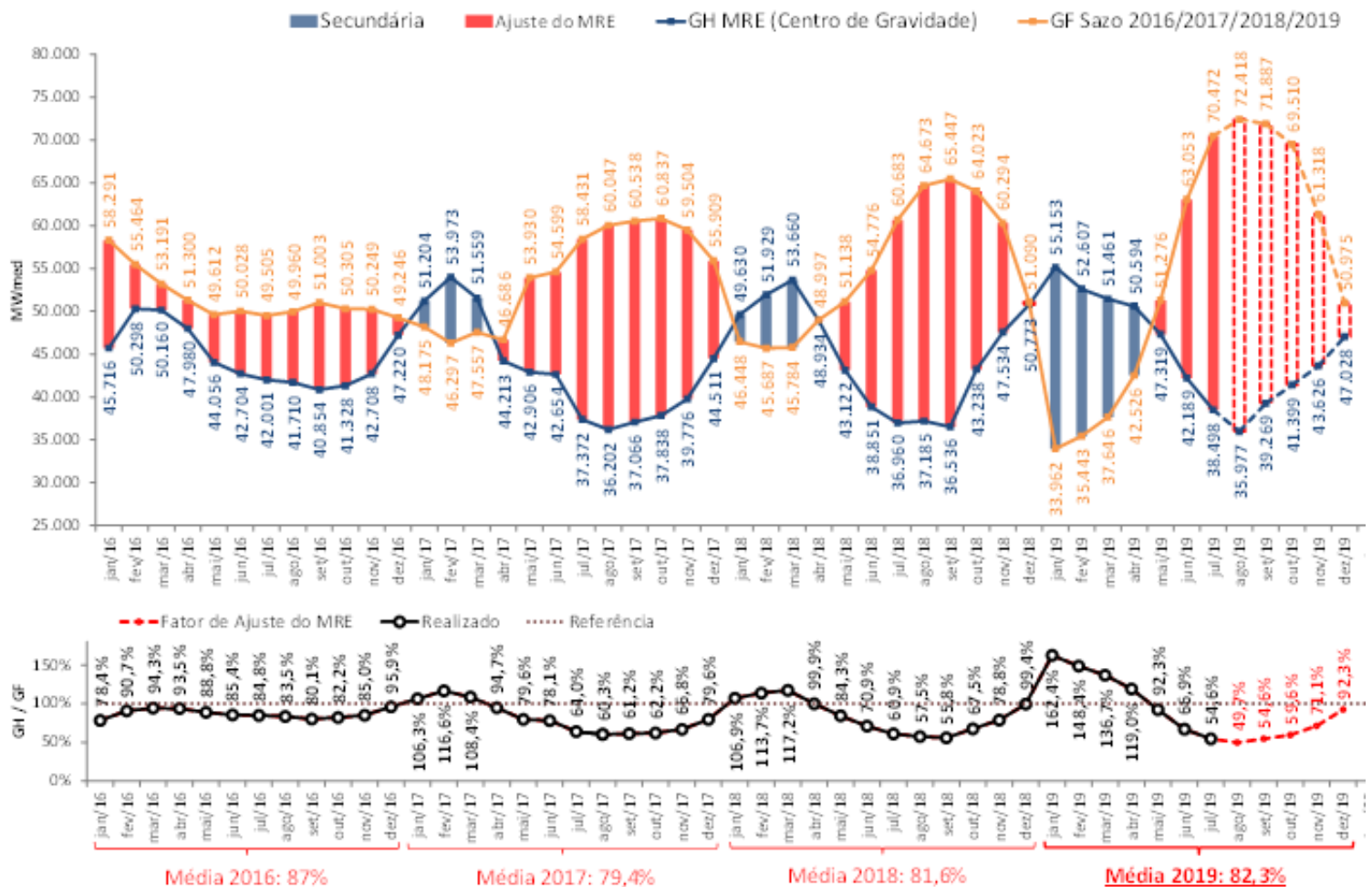




Fator de Ajuste de MRE

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN). Para verificar a quantidade de energia produzida em relação à garantia física das usinas pertencentes ao MRE, foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou Generation Scaling Factor – GSF. Ele mede a geração hidráulica em relação à garantia física, cujo cálculo é feito mensalmente pela CCEE.

Em agosto, atingiu-se uma geração, de 50,6% em relação às Garantias Físicas para o ano de 2019.

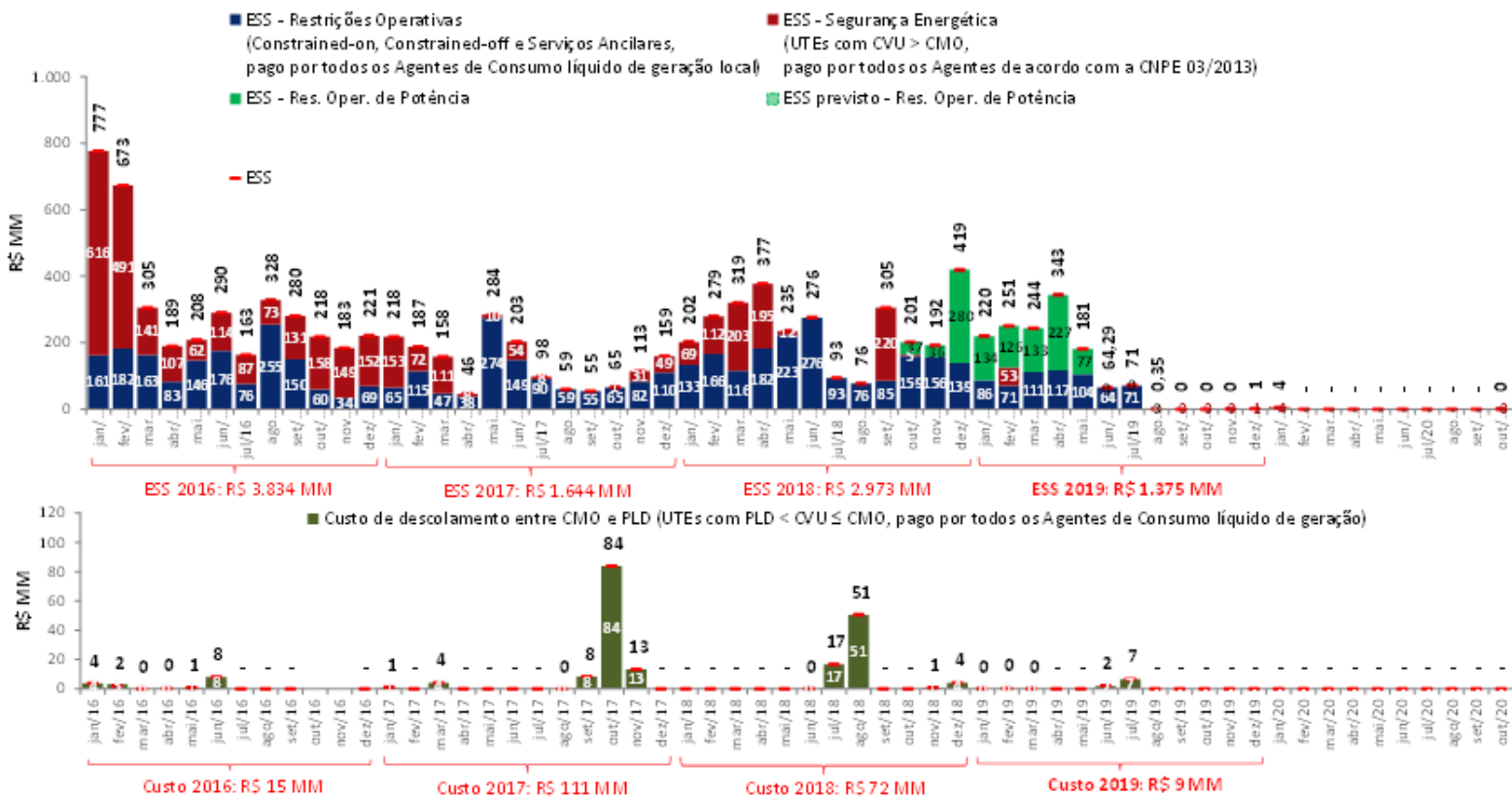




Encargos de Sistema (ESS, ESE, CDE)

Os custos decorrentes da manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema no atendimento à demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) são denominados Encargos de Serviço do Sistema (ESS). Estes valores são pagos por todos os agentes com medição de consumo registrada na CCEE, na proporção de seu consumo. Os ESS são expressos em R\$/MWh.

No mês de agosto/2019, somando os Encargos de Serviço do Sistema, dentre as Restrições Operativas e as de Segurança Energética, obteve-se um total de R\$ 0,35 milhões.



Previsão Climatológica Trimestral

Neste trimestre SON, ocorre o início do período chuvoso no centro-sul da Região Norte e na Região Centro-Oeste, com totais acumulados que podem atingir valores entre 500 mm e 800 mm no oeste do Amazonas. No sul da Amazônia, os índices mais significativos ocorrem a partir da segunda quinzena de outubro.



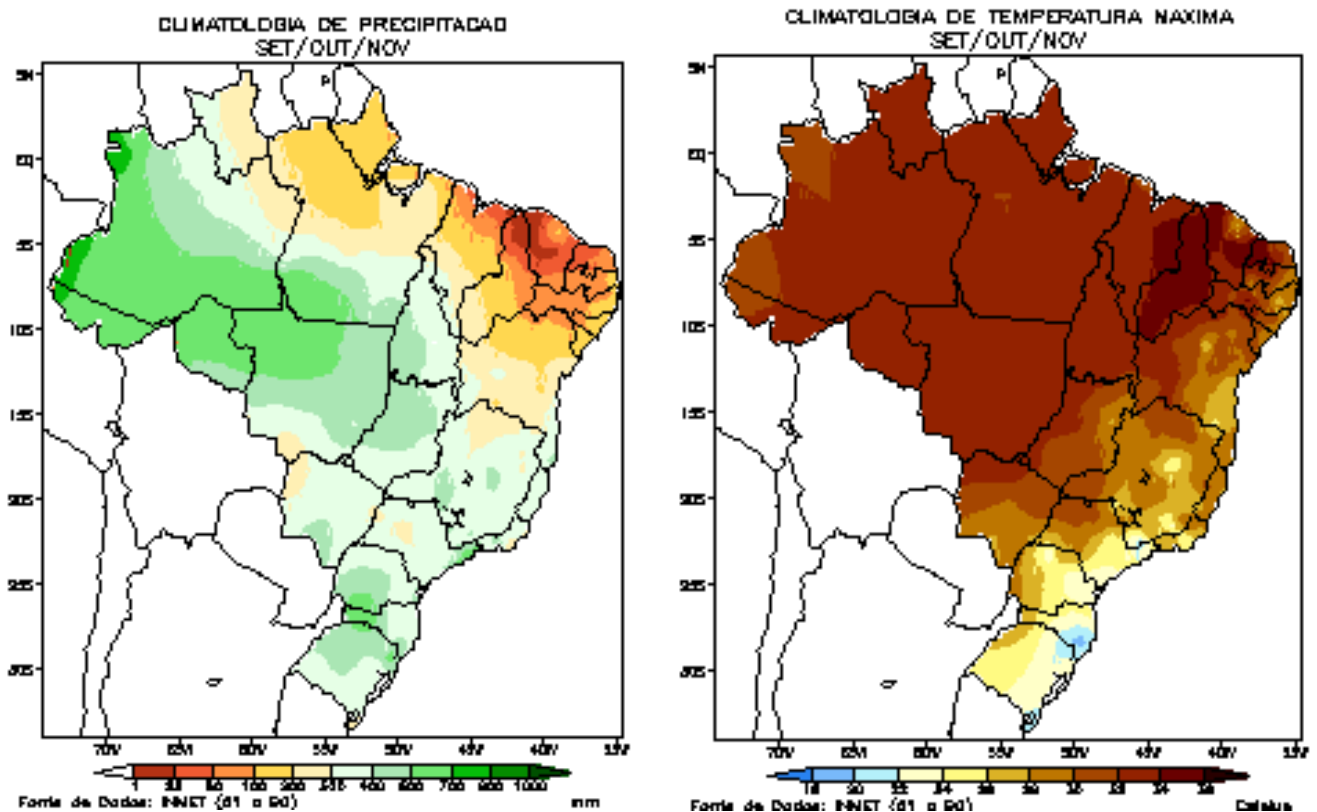
Ressaltam-se os baixos índices de umidade relativa do ar que podem ocorrer em situações de estiagem. Comportamento similar pode ser notado na Região Sudeste, onde também ocorre o aumento gradual das chuvas e os valores trimestrais podem variar entre 300 mm e 400 mm.

No norte da Região Nordeste, os valores de precipitação costumam ser inferiores a 200 mm, com destaque para o norte do Piauí e noroeste do Ceará, onde as chuvas são mais escassas.

Na maior parte da Região Sul, as chuvas estão associadas à passagem de frentes frias e ao início da atuação dos complexos convectivos de mesoescala – nuvens intensas, com grande extensão vertical, que causam trovoadas e rajadas de vento.

Nessa Região, os totais variam entre 300 mm e 700 mm. No decorrer deste trimestre, verifica-se uma diminuição da incursão de massas de ar frio nas Regiões Sul e Sudeste.

Contudo, ainda pode ocorrer acentuado declínio de temperatura mínima nas áreas serranas da Região Sul, com valores médios trimestrais variando entre 8°C e 18°C. As climatologias de precipitação e temperaturas máxima e mínima, no Brasil, são mostradas nas figuras a seguir:





NOTÍCIAS

SEM CORREÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO, ECONOMIA PODE IR A R\$ 37 BILHÕES

Oficialmente, a proposta de orçamento para o ano de 2020 prevê aumento do salário mínimo dos atuais R\$ 998 para R\$ 1.039

A equipe econômica estuda retirar da Constituição a previsão de que o salário mínimo seja corrigido pela inflação. O congelamento poderia render uma economia entre R\$ 35 bilhões e R\$ 37 bilhões, segundo fontes da equipe econômica ouvidas pelo Estadão/Broadcast.

A ideia é que, em momentos de grave desequilíbrio fiscal, como o atual, haja condições de congelar mesmo os aumentos nominais (ou seja, dar a variação da inflação) da remuneração por alguns anos, até que a saúde das contas seja encaminhada.

Oficialmente, porém, a proposta de orçamento para o ano de 2020 prevê aumento do salário



mínimo dos atuais R\$ 998 para R\$ 1.039 a partir de janeiro do ano que vem, levando em conta a variação da inflação. Há quem defenda, no entanto, não dar nem mesmo

a inflação como reposição salarial para abrir espaço no Orçamento para despesas de custeio da máquina pública e investimentos.

Como o jornal O Estado de S. Paulo mostrou, o Orçamento de 2020 pode começar com um alívio de R\$ 202,6 bilhões, entre redução de despesas, aumento de receitas e diminuição da dívida pública, caso o Congresso Nacional aprove uma proposta que aciona mais rapidamente medidas de contenção dos gastos já previstos na Constituição e cria novos freios para as contas. A ideia tem sido costurada com os deputados Pedro Paulo (DEM-RJ) e Felipe Rigoni (PSB-ES), respectivamente autor e relator de uma proposta que regulamenta a regra de ouro e tenta limitar o crescimento dos gastos obrigatórios.



"Podemos apresentar uma proposta que preveja, por exemplo, não ter o reajuste por um ou dois anos em momentos de dificuldades fiscais. E isso abriria espaço para que outros benefícios também não sejam corrigidos", disse uma fonte do governo. Hoje, a Constituição prevê que é direito social do cidadão ter acesso a um salário mínimo " com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo". Assim, o governo se vê obrigado a todos os anos, recompor ao menos a inflação.

Até o ano passado, a política de reajuste fixava uma correção pelo Índice de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior mais o Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Com o vencimento desse modelo, o governo se debruça sobre uma mudança. A política de aumentos reais (acima da inflação) vinha sendo implementada nos últimos anos, após ser proposta pela então presidente Dilma Rousseff e aprovada pelo Congresso.

Os reajustes pela inflação e variação do PIB vigoraram de 2011 a 2019, mas nem sempre o salário mínimo subiu acima da inflação. Em 2017 e 2018, por exemplo, foi concedido o reajuste somente com base na inflação porque o PIB dos anos anteriores (2015 e 2016) teve retração. Por isso, para cumprir a fórmula proposta, somente a inflação serviu de base para o aumento.

Segundo o próprio Ministério da Economia, cada R\$ 1 a mais de aumento no salário mínimo gera um gasto adicional de R\$ 302 milhões ao governo. Isso porque uma série de benefícios sociais, como o benefício de prestação continuada (BPC) e o abono salarial, é indexada ao salário mínimo e tem, por isso, um aumento proporcional.

S&P AFIRMA QUE MARCO REGULATÓRIO PROPORCIONA ESTABILIDADE AO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Relatório divulgado pela agência de classificação de risco S&P Global Ratings avalia que o trabalho da ANEEL tem garantido estabilidade ao setor elétrico. Em sua análise, a S&P destaca que "o sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil opera sob um marco transparente e previsível, que dá suporte à qualidade de crédito das empresas do setor".

O relatório considera a ANEEL "um órgão regulatório independente, sem histórico de interferência política significativa nos últimos anos" e afirma que o marco regulatório tem melhorado gradualmente. "Atualmente, as tarifas refletem melhor os custos de



eletricidade, enquanto a agência reguladora assegura que as despesas operacionais e a recuperação de custos sejam alcançadas. Esses fatores reforçam a estabilidade financeira das empresas do setor”, afirma a S&P.

A agência de classificação de risco propõe como temas chaves para regulação, nos próximos anos, o tratamento do risco hidrológico e o impacto da privatização de algumas empresas estatais para o setor.

O diretor-geral da ANEEL, André Pepitone, avaliou positivamente o relatório da S&P e ressaltou que a Aneel tem atuado incansavelmente pela segurança e estabilidade regulatória do setor. “Compreendemos nosso papel para a atração de investimentos no setor e para que ele funcione de modo equilibrado, com precificação justa e atendimento de qualidade aos consumidores de energia elétrica”, disse.

A solidez da regulação feita pela ANEEL criou as condições para a realização de três operações recentes do setor elétrico no mercado financeiro: o aumento de capital da Light, a oferta pública inicial de ações da Neoenergia e a oferta pública primária de ações da CPFL Energia. Além disso, a segurança nas regras foi decisiva para a Engie adquirir da Petrobras, em abril, a Transportadora Associada de Gás (TAG).

ANEEL E GOVERNO DE SC ASSINAM ACORDO PARA INICIAR INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE PCHS

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o governo de Santa Catarina assinaram nesta quinta-feira (12/9), em Florianópolis (SC) Acordo de Cooperação Técnica para viabilizar o primeiro Inventário Participativo de Potencial Hidrelétrico no Estado.

O documento foi assinado pelo diretor-geral da ANEEL, André Pepitone, pelo governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, e pelo presidente do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), Valdez Venâncio.

Trata-se da Revisão dos Estudos de Inventário do rio Itajaí do Norte, preliminarmente identificado com potencial para três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's). O principal aproveitamento desse trecho do rio em estudo refere-se a uma proposta de motorização



de barragem e reservatório já existente, implantado em 1992, para controle de cheias no vale do Itajaí.

"Os inventários participativos agregam a visão do setor elétrico com a do setor ambiental, trazendo ao empreendedor eficiência, mas sobretudo segurança no processo de outorga de PCH's", disse Pepitone.



Iniciativa pioneira, os inventários participativos têm como objetivo dar mais segurança aos empreendedores quanto à emissão das licenças ambientais de projetos de hidrelétricas. Isso acontece porque o órgão ambiental participou diretamente dos estudos de inventário, dando a eles uma condição de “pré-viabilidade”.

Em junho, a Agência e o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) aprovaram o primeiro Inventário Participativo de Potencial Hidrelétrico, que, realizado em conjunto pelos dois órgãos, mapeou sete Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) que podem ser construídas na bacia do Rio Pardo. Juntas, essas usinas terão cerca de 130 megawatts (MW) de potência, o suficiente para abastecer uma população de 1 milhão de pessoas. A iniciativa pode viabilizar investimentos de R\$ 1 bilhão no Mato Grosso do Sul.



ESCLARECIMENTO: CAMPANHA USA FAKE NEWS PARA TRATAR DE REVISÃO DE NORMA DE GD

A ANEEL vem a público esclarecer que circula nas mídias sociais campanha que faz uso de Fake News para abordar a revisão da norma para Geração Distribuída (GD). Diferentemente do que essa mobilização sugere, a ANEEL não estuda taxar o uso do Sol na geração de energia por meio de painéis fotovoltaicos.



A ANEEL abriu em janeiro deste ano audiência pública transparente e aberta ao debate para analisar a revisão da Resolução 482, que trata da GD.

Nenhuma decisão até o momento foi tomada, e a próxima etapa da audiência pública será aberta em breve.

Nesses estudos, a ANEEL elabora cenários, e nenhum contempla algo tão improvável e ilegal como a taxação da irradiação do Sol. O que a ANEEL estuda são alternativas, já adotadas em outros países, para que a Geração Distribuição avance em bases sustentáveis, sem onerar os demais consumidores.

O processo de Audiência Pública é transparente, com ampla participação da sociedade e agentes. Inclusive foi ampla a participação de consumidores e seus representantes. Em nenhum momento ocorreu por parte das contribuições tal hipótese de taxar a irradiação solar.

As notícias que circulam, portanto, não guardam qualquer paralelo com o que a Agência vem realizando ao longo do tempo, prezando pelo equilíbrio do setor e dos consumidores.

EDP FECHA PARCERIA PARA MOBILIDADE ELÉTRICA COM JAC MOTORS

Montadora chinesa apresentou sua linha de veículos elétricos no Brasil e a EDP será a marca de carregadores recomendada, bem como fornecerá o dispositivo nas concessionárias para uso gratuito



A subsidiária da EDP Brasil para o segmento de atendimento ao consumidor, a EDP Smart, fechou uma parceria com a JAC Motors. A montadora apresentou sua linha de veículos elétricos que chegarão ao mercado a partir de hoje até meados do ano que vem e que terão a elétrica como a fornecedora recomendada de fornecedor de carregador de parede. Foram cinco modelos, três automóveis de passeio, uma picape e um caminhão de entregas urbanas de até 6 toneladas.

Inclusive, as primeiras picapes dessa linha da JAC, afirmou o presidente da empresa no Brasil, o empresário Sergio Habib, serão destinadas a testes para a CPFL na prestação de serviços e manutenção. As primeiras entregas estão previstas para abril do ano que vem. O caminhão está previsto para desembarcar no Brasil a partir de novembro deste ano, o carro mais barato da linha (iEV20 cujo preço é de R\$ 119.900) começa a ser vendido em janeiro, enquanto o SUV compacto iEV40 (preço de R\$ 153.900) já tem entrega imediata. Outro SUV de maior porte, o iEV60 estará disponível a partir de julho de 2020 ao preço de R\$ 198.900 a unidade.

De acordo com o líder de Produtos e Serviços B2C da EDP Brasil, Nuno Pinto, esta é mais uma parceria que segue a estratégia da companhia no sentido de prover uma maior gama de serviços ao consumidor final. Ele disse que a mobilidade urbana elétrica é um dos grandes temas a abordar em decorrência das grandes projeções de crescimento por conta da mudança nos transportes que serão cada vez mais eletrificados. “Olhando mais no longo prazo, para 2050, vemos que uma fatia considerável da modernização dos transportes terá como o foco o uso da energia e, obviamente, estamos olhando para esse cenário, queremos fazer parte desse ecossistema da mobilidade”, afirmou ele à **Agência CanalEnergia**.

Esse ecossistema, continuou o executivo presente ao lançamento, envolve uma gama de empresas, cada uma em seu nicho de negócio para que faça sentido e seja viabilizada a ampliação do uso dos veículos elétricos. No caso da EDP como o fornecedor de infraestrutura e da energia consumida. Mas, ao mesmo tempo está a parceria com outras empresas envolvidas, como a própria JAC Motors como fornecedora dos veículos. E nesse sentido, lembrou, a EDP já possui outras iniciativas como com a BMW para o corredor elétrico que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com a Federação das Indústrias do Espírito Santo para montar a infraestrutura de carregamento naquele estado, e ainda, com a Cabify que reduz a taxa cobrada para motoristas do aplicativo que usam carro elétrico.



“É importante ter o ecossistema formado e nós, como fornecedores de energia e infraestrutura de recarga, queremos ser um player relevante no mercado. Por isso a parceria com a JAC onde vamos fornecer o carregador e seremos a recomendação da montadora para esse dispositivo”, acrescentou o executivo da EDP. “A ideia é de que assim cheguemos ao consumidor com preço diferenciado”, apontou.

Na parceria com a JAC a EDP proporcionará o carregador de 7,4 kWh que terá o preço com instalação do equipamento por R\$ 8,5 mil ou R\$ 6,5 mil sem a instalação. E ainda, a alternativa de o cliente poder pagar uma parcela mensal como se fosse um aluguel do dispositivo. O carregador, segundo dados da EDP, pode carregar a bateria dos veículos da JAC em um período de seis a sete horas para alcançar a carga total. Além disso, nas concessionárias da marca o carregador está disponível para ser utilizado gratuitamente.

“Nossa ideia é a de fomentar a mobilidade urbana elétrica com as parcerias, há ainda o cartão que temos e que é importante para os postos de abastecimento como na Dutra, no Espírito Santo e os demais que virão”, revelou ele.

Aliás, em termos de futuro, a EDP já vislumbra três novos projetos que foram aprovados no P&D de mobilidade elétrica da Aneel, aprovados em reunião da diretoria realizada no dia 10 de setembro. Ele não revelou mais detalhes sobre as iniciativas, mas estas demandarão investimentos de cerca de R\$ 50 milhões ao longo dos próximos três anos. “Apresentaremos boas novidades da EDP nesse setor e que este seja apenas o ponto de partida para o segmento de mobilidade elétrica no Brasil”, finalizou ele.

WEG APRESENTA SOLUÇÃO PARA GERAÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DO LIXO

Sistema funciona a partir da gaseificação de resíduos urbanos e inclui engenharia, gestão de compras, integração e construção de usinas; Mais de três mil cidades precisam se ajustar à Política Nacional de Resíduos Sólidos no país

A fabricante de equipamentos elétricos Weg apresentou uma nova solução para a geração de energia a partir da gaseificação de resíduos sólidos urbanos (RSU), e que começará a ser comercializada na modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction). Além de turbinas, redutores, painéis, condensadores, geradores e transformadores, o sistema também





prevê o fornecimento de toda a engenharia, gestão de compras, integração e construção de usinas de gaseificação de resíduos sólidos, dimensionadas para módulos de 2,5 MW ou 5,0 MW, podendo ser combinados para potências maiores.

Segundo a companhia, o sistema funciona com o RSU sendo processado em várias etapas, transformado em gás combustível em um processo de gaseificação, totalmente livre de gases tóxicos, que ao ser queimado gera calor em uma caldeira de vapor. Este vapor pode ser utilizado no acionamento de uma turbina para produção de energia elétrica, possibilitando também o total aproveitamento do poder calorífico dos resíduos e reduzindo a geração de passivo ambiental.

Diferente do processo de incineração, mais indicado para grandes centros urbanos, e da produção de biogás, utilizado em aterros ou biodigestores, o método de aproveitamento energético através da gaseificação é o mais indicado para o lixo brasileiro, rico em orgânicos, com elevado grau de umidade e com alto potencial de geração de gases. A tecnologia apresentada é ideal para cidades de pequeno e médio porte, reduzindo ou eliminando a necessidade de aterros sanitários.

De acordo com Eduardo de Nóbrega, Superintendente da Weg, a companhia atenderá integralmente ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, “incluindo os requisitos de emissões de gases dentro das diretrizes exigidas, com comprovada viabilidade técnica e ambiental”, explica, afirmando que a solução também vai ao encontro do Programa Lixão Zero, lançado recentemente pelo Ministério do Meio Ambiente, que determina eliminar os lixões existentes e apoiar os municípios em soluções mais adequadas à recuperação energética dos seus resíduos.

Segundo a fabricante, a tecnologia utilizada é 100% nacional e, além de endereçar a questão ambiental, é totalmente viável do ponto de vista econômica e financeira. “O custo de operação de uma planta de gaseificação está alinhado com a realidade das cidades brasileiras, com o *payback* de uma usina de 2,5 MW sendo de aproximadamente 45 meses”, enfatiza Eduardo, que relaciona outras vantagens ao processo de gaseificação, como a possibilidade do uso de todo o lixo, sem necessidade de separação; a redução do custo logístico de destinação dos resíduos, podendo-se construir plantas em locais estratégicos; além da produção de gás totalmente livre de furanos e dioxinas, o que dispensa a necessidade de sistemas complexos de tratamento dos gases.



INFORMATIVO ENERMERC

www.enermerco.com.br

No Brasil, mais de três mil municípios precisam se ajustar à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Assim, a solução para a geração de eletricidade a partir da gaseificação de resíduos sólidos urbanos representa uma oportunidade concreta para o atendimento da legislação brasileira, com alto impacto ambiental, econômico e social para o país.

Fontes: AGENCIA SENADO - ANEEL - ABRAPCH- CANAL NEGÓCIOS- CANAL ENERGIA – ESTADÃO – EXAME – FOLHA - GAZETA DO POVO - OCESC - INFOCLIMA – ONS – MME – PORTAL G1 – PORTAL GLOBO.COM

Enermerco Comercializadora de Energia EIRELI EPP



Av. 7 de Setembro, 140, Sala 06 – Centro

Timbó - SC – 89.120-000

(47) 3380-0771

www.enermerco.com.br

